

Ministério da Educação impede Ulbra de matricular alunos de Medicina

/ EDUCAÇÃO

Tendo como maior credor o fundo Calêndula, da gestora Trustee, citada como parte relacionada do Banco Master, a Ulbra foi proibida de matricular novos alunos pelo Ministério da Educação (MEC). Conforme divulgado no Diário Oficial, nesta quarta-feira, a proibição se dá no curso de medicina, na unidade de Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre, que foi aberta por liminar judicial.

Em comunicado, a universidade manifestou que, até o momento, a instituição ainda não teve acesso à nota técnica nº 53/2026, indicada como fundamento da decisão administrativa. No curso do processo, já haviam sido apresentadas manifestações técnicas e jurídicas apontando inconsistências e vícios que, no entendimento da Instituição, merecem reanálise pela Administração Pública.

A instituição ainda afirmou que não há, neste momento, qual-

quer alteração no funcionamento dos cursos e no calendário acadêmico. As aulas seguem normalmente em todas as unidades.

Os campus de Porto Alegre e do município de São Jerônimo também tiveram determinações do MEC. A Ulbra deve apresentar a comprovação efetiva da cessação da oferta precária do curso, com provas documentais e divulgação em seu site em relação ao campus da Capital. E um novo processo de supervisão para o campus para a comprovação ou afastamento das irregularidades inicialmente noticiadas referente ao campus de São Jerônimo.

A instituição reforçou seu compromisso com a qualidade do ensino, com a regularidade de suas atividades e com a transparência perante alunos, professores, colaboradores e a sociedade. Afirmando que manterá sua comunidade informada pelos canais oficiais, sempre com responsabilidade, serenidade e respeito às instâncias administrativas e judiciais competentes.

Prefeitura garante que não haverá prédios no Assunção

Plano prevê manter 9 metros de altura como limite no bairro da Capital

/ PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

Cássio Fonseca

cassiof@jcrs.com.br

As polêmicas do Plano Diretor de Porto Alegre, que está em votação na Câmara Municipal, seguem gerando debates entre administração pública e sociedade civil. Principalmente quanto à altura das edificações, que é um ponto de preocupação para moradores da Vila Assunção, na Zona Sul.

O temor é por alterações no limite de 9 metros de altura na construção das casas, que não passam de três andares, caso aprovada na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que começa a ser votada na próxima semana e funciona como um desdobramento do Plano Diretor, determinando os limites de altura das construções em cada região. Diante deste cenário, a Associação dos Proprietários e Moradores da Vila Assunção (Aprova) se mobilizou para defender a manutenção do bairro como está.

O secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm, garante que a proposta da prefeitura não altera o limite de 9 metros atual para o bairro, que também permanecerá com caráter residencial. O titular da pasta faz a ressalva de que, para conferir a informação, basta consultar a plataforma do regramento construtivo no site da revisão do Plano Diretor, seja pelo endereço,



MAURO BELO SCHNEIDER/ESPECIAL/JC

Caráter turístico garante a manutenção da região sem alterações

bairro ou região. Acontece que, no portal da prefeitura, há a especificação de que toda a área junto à avenida Wenceslau Escobar no sentido Centro-bairro possui propostas de aumento do limite de altura da edificação, de 33 metros a 130 metros, nos bairros Assunção, Tristeza e Cristal.

Mesmo que as ruas e avenidas centrais do bairro em debate não sejam atingidas e, portanto, mantêm-se a ideia de preservação do caráter residencial, há sim áreas que serão, caso aprovada a nova lei, modificadas, por conta da proximidade com a avenida.

Bremm também explica que a mudança proposta para a Assunção, que engloba bairros como Sétimo Céu, Jardim Isabel e Vila Conceição, é a retirada da cota ideal, que hoje limita o tamanho do terreno a uma unidade fami-

liar. “Tiramos esse bloqueio para, eventualmente, naquele mesmo terreno caber duas unidades familiares, mas com a característica residencial, para aproveitarmos melhor a infraestrutura existente.”

Sobre esta alteração, a diretora da Aprova e ex-vereadora de Porto Alegre, Lourdes Sprenger, entende que os bairros não foram projetados para essa dimensão e que o movimento busca a preservação do bairro como é hoje. “Já tem muita construção, multiplicou muito a população e nós temos esses problemas futuros também”, acrescenta.

Ela completa que há um caráter turístico na Assunção, que recebe a visita de um público que vem conhecer os bairros residenciais e gostam de transitar por um espaço mais reservado aos finais de semana.

Plataforma ClimaRS passa a exibir alertas da Defesa Civil

/ CLIMA

A plataforma ClimaRS, ferramenta gratuita criada pelo governo do Estado, passou a contar com uma nova funcionalidade: a emissão de alertas da Defesa Civil. Com a atualização, ao acessar o sistema, o cidadão poderá visualizar o alerta caso o município em que se encontra esteja nessa condição, sem necessidade de cadastro prévio. As informações são do governo estadual.

Com investimentos em diferentes áreas, o Plano Rio Grande já soma R\$ 14 bilhões entre valores pagos, empenhados e aprovados por meio do Fundo do Plano

Rio Grande (Funrigs). Para além de projetos voltados à reconstrução de estruturas e lugares atingidos, o programa resgata vidas e trabalha na construção do futuro do Estado.

Hoje, o Rio Grande do Sul conta com um conjunto estruturado de ações que ampliam sua capacidade de resposta e prevenção, tornando-o mais resiliente. Essa transformação não se limita à gestão de riscos climáticos, mas fortalece a economia, a infraestrutura e a capacidade institucional, preparando o Estado para enfrentar desafios e sustentar seu desenvolvimento nos próximos anos.

Desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (Procergs) e a Defesa Civil, o ClimaRS funciona como um aplicativo web, podendo ser acessado tanto por navegadores quanto por dispositivos móveis.

A proposta é centralizar, em um único ambiente, informações estratégicas, confiáveis e atualizadas sobre clima, riscos e situações hidrológicas, facilitando o acesso da população a esses dados e apoiando a tomada de decisão em situações de emergência.

